



**REENCONTROS
NOVOS ESPAÇOS
OPORTUNIDADES**

XXXIV SIC Salão Iniciação Científica

**26 - 30
SETEMBRO
CAMPUS CENTRO**

Evento	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2022
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	Democratização do patrimônio cultural e da memória: o legado afro-gaúcho e a patrimonialização do Bará do Mercado Público de Porto Alegre
Autor	VITORIA FERREIRA GAMBA
Orientador	RENATA OVENHAUSEN ALBERNAZ

DEMOCRATIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E DA MEMÓRIA: O LEGADO AFRO-GAÚCHO E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO BARÁ DO MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE

RESUMO

O tombamento de bens do patrimônio cultural brasileiro, bem como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que o realiza, já existem desde 1937, mas foi só a partir de 1986, no tombamento do Terreiro Casa Branca (BA) - um dos mais antigos terreiros de candomblé no país, que se inicia um consistente movimento do IPHAN em reconhecer o legado religioso afro-brasileiro (VELHO, 2001; LIMA, 2014; GURAN, 2017; FERREIRA & SANTOS, 2018). Esse movimento, sinalizando a democratização do patrimônio cultural (CANCLINI, 1990; CHAUI, 2008; LOPES, 2009; ALBERNAZ, 2020), ainda não conseguiu um equilíbrio representativo entre bens dos vários grupos formadores do Brasil (PAIVA, 2021; MARINS, 2016). Nessa rota teórica, o problema desta pesquisa foi: qual a trajetória do reconhecimento do Bará do Mercado (POA) como patrimônio cultural de Porto Alegre, em termos da participação dos grupos afro-religiosos? O Mercado Público, enquanto “Patrimônio de pedra e cal” [FONSECA, 2017]), já é tombado desde 1977, pela Lei Municipal n° 4317, mas, em 2020, fez-se o tombamento legislativo do Bará do Mercado. Recuperando narrativas sobre o Bará em mídias (sites: Câmara de Vereadores; Movimentos Negros; jornais; audiências públicas), esta pesquisa exploratória, usando metodologia de análise de conteúdo, objetivou comparar essas narrativas, nas categorias: 1) força cidadã desse reconhecimento; 2) combate ao racismo; 3) participação social nas decisões. Como resultados, descobriu-se que: 1) os grupos negros afirmam a importância do tombamento do Bará na segurança religiosa: a) dessa entidade diante das incertezas da concessão do Mercado para a iniciativa privada; b) da garantia do uso do local para as práticas religiosas ancestrais; 2) A Associação Independente em Defesa das Religiões Afro Brasileiras foi protagonista do processo, encontrando abertura entre os vereadores; 3) o Bará exalta a contribuição negra na construção e vida do Mercado Público em Porto Alegre.